

As contribuições de Paulo Freire e Mikhail Bakhtin para a educomunicação

Marcelo Fernando de LIMA¹
Eliane Basilio de OLIVEIRA²

Resumo

Embora a maior parte de sua obra tenha se voltado para a educação, Paulo Freire trouxe uma contribuição importante para os estudos e a prática da comunicação, sobretudo na área da comunicação comunitária e da educomunicação. Freire entende a educação como uma atividade que depende do ato comunicativo para a construção do conhecimento. Sua forma de pensar a educação, consolidada ao longo dos anos 1960, encontra paralelo na obra do linguista russo Mikhail Bakhtin. As obras de Bakhtin, divulgadas nos anos 1980 no Brasil, dão grande ênfase às características culturais da comunicação, reconhecendo a diversidade linguística e a diferença entre os interlocutores. A educomunicação, área que propõe um “outro olhar” sobre as relações entre educação e comunicação, nutre-se das principais ideias de Freire e Bakhtin. O objetivo deste texto é mostrar quais elementos da educomunicação relacionam-se com o trabalho desses dois pensadores.

Palavras-chave: Comunicação. Educação. Educomunicação. Filosofia da linguagem. Estudos de recepção.

Introdução: educomunicação e sentido

O surgimento da educomunicação no Brasil pode ser relacionado à luta pela democratização da educação e dos meios de comunicação massivos no país nas últimas décadas do século XX. Como no Brasil a comunicação historicamente está atrelada às classes mais ricas, o desenvolvimento da educomunicação foi uma das alternativas e respostas de movimentos sociais na tentativa de abrir espaço para aqueles cujas vozes não são representadas nos meios hegemônicos. Além disso, sua proposta de promover

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Curso de Tecnologia em Comunicação Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: marcelofernandodelima@yahoo.com.br.

² Mestre em Educação (UFPR). Professora dos cursos de Comunicação Social da Universidade Positivo e do Centro Universitário Curitiba. E-mail: lilibasilio@yahoo.com.br.

uma visão crítica dos meios nos mais diversos ambientes educativos pode ser relacionada à formação da comunicação popular comunitária, ainda na década de 1960.

A educomunicação não é simplesmente um método que prevê a utilização, na educação, dos instrumentos e das tecnologias da comunicação. Mais do que isso, ela se propõe a fazer uma reflexão sobre as formas tradicionais e hegemônicas de comunicação e sua influência na formação do imaginário da sociedade. Diferente de práticas como a mídia-educação, a educomunicação discute aspectos fundamentais da epistemologia da comunicação, mostrando que elementos como o lugar de fala, a hegemonia econômica e os formatos da comunicação de massa tradicional desempenham um papel importante na formação do sentido das mensagens.

Nesse aspecto, ela reconhece a natureza dialógica e ideológica da comunicação, tal como foi descrita por Bakhtin e Volochinov em “Marxismo e filosofia da linguagem” (1977), refutando os modelos tradicionais de influência direta dos meios. Dessa forma, a educomunicação leva em conta a capacidade do educador e do educando em se apropriar do conteúdo e da forma das mensagens veiculadas pela mídia, a partir de uma leitura crítica, extraíndo dela temas para discussão na sociedade, como igualdade, identidade, cultura e o combate às diversas formas de preconceito.

A educomunicação é, ao mesmo tempo, reflexão e ação. Ela mostra que é possível, por meio da leitura crítica, extrair elementos positivos dos meios de comunicação de massa. Nisso, representa um passo importante, pois supera a crítica tradicional de esquerda, influenciada pela Escola de Frankfurt. De uma forma geral, os frankfurtianos entendiam que o papel fundamental da mídia é o de manter as estruturas de dominação, incentivando o uso alienado do tempo livre e a universalização de valores do mercado.

No meio intelectual brasileiro de esquerda e em alguns países da América Latina, essa ideia foi hegemônica até o final da década de 1970, quando a expansão do mercado de comunicação representava a dominação cultural dos ricos sobre os pobres. Uma obra clássica do período, “Para ler o pato Donald”, de Ariel Dorfman e Armand Mattelart, mostra que a política dos Estados Unidos usava meios populares como as histórias em quadrinhos para ensinar as crianças desde cedo os valores do capitalismo. A análise dos autores envereda, invariavelmente, para uma visão que procura entender a mensagem e o desejo do emissor, mas não leva em conta o processo de apropriação do conhecimento, comum às teorias da recepção mais recentes.

Essa visão tem mudado desde a década de 1980, conforme destaca Renato Ortiz (1988), identificando na tradição crítica brasileira, formada pela sociologia, uma abordagem elitista quanto à mídia, em décadas anteriores. O novo olhar, influenciado pela ascensão dos estudos culturais e pelo marxismo de Antonio Gramsci – sobretudo quanto ao conceito de hegemonia –, entende a produção e a recepção como uma arena que acontece no nível simbólico. Os argumentos em favor da recepção ganham fundamentação ainda mais sólida com os conceitos-chaves de Bakhtin, postos em circulação primeiro nos estudos linguísticos e mais tarde nas ciências sociais aplicadas.

Segundo essas ideias, entende-se que a formação do imaginário não é simplesmente o decalque das relações de dominação econômica, no esquema infraestrutura-superestrutura, conforme as análises marxistas mais tradicionais; ela envolve a apropriação as estratégias de leitura e o posicionamento dos atores sociais. Cabe destacar o papel pioneiro de estudos realizados a partir do final dos anos 1950, tais como “The uses of literacy”, de Richard Hoggart, e “A invenção do cotidiano”, de Michel de Certeau. Ambos reconhecem que os receptores são dotados de competências de interpretação e resistência. Embora a hierarquia esteja presente na comunicação, na verdade, trata-se de um diálogo. “Ela forma um jogo em que se negociam as múltiplas relações de classes, de gênero e de idades, e não somente a dominação de um centro sobre uma periferia” (MAIGRET, 2010, 26).

Levando em conta o papel ativo do receptor, a educomunicação não enxerga a indústria cultural apenas como um fator de formação ideológica intransponível. É inegável o poder da mídia na construção das identidades, mas não se pode subestimar o poder do indivíduo em reinventar e identificar as contradições do processo de comunicação. Procurando ressignificar o uso da mídia, a educomunicação contribui para que os meios de comunicação sejam usados como elementos de transformação social.

Assim como a comunicação popular comunitária, a educomunicação passa por um processo de legitimação que envolve a formação de um campo de estudos. Além de ser objeto de estudos em algumas universidades brasileiras, é um modelo que vem sendo utilizado de forma produtiva em diversos movimentos sociais. No Paraná, destaca-se, entre outros, o trabalho da Central de Notícias dos Direitos da Infância e da Adolescência (Ciranda). Seus projetos com adolescentes permitem que estes reflitam sobre a forma como são representados na grande mídia e possibilitam a construção de

representações alternativas – por meio de vídeos populares, música, rádio-escola e grafiteagem.

É preciso lembrar aqui que o fortalecimento dos movimentos sociais, sobretudo na década de 1980, resultou na ampliação de uma série de direitos da sociedade brasileira, que encontrou espaço na Constituição de 1988, entre eles o preceito liberal da liberdade de expressão, a proteção à infância e à adolescência e a perspectiva de criação de ações afirmativas para as minorias historicamente desfavorecidas, como as mulheres, os negros, os índios, os jovens, entre outros.

Esse fortalecimento recente ocorreu também porque os movimentos sociais, diante de uma ideologia que pregava a redução do Estado, tiveram que criar formas alternativas para a redefinição da agenda social, por meio de ações culturais. Assim, o “[...] campo de ação das lutas democratizantes se estende não só para abranger o sistema político, mas também o futuro ‘desenvolvimento’ e a erradicação de desigualdades sociais [...]” (ALVAREZ, 2000, 16).

Uma das formas de visibilidade encontrada por esses movimentos foi o desenvolvimento de meios de comunicação comunitários, representando uma alternativa à hegemonia da grande mídia. “Trata-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e participação política” (PERUZZO, 2006, 2).

A educomunicação pode ser vista como um desdobramento da comunicação popular comunitária, ou até mesmo como parte integrante dessa modalidade de comunicação, pois ela é uma forma *diferente* de produzir e refletir sobre a mídia, tendo como foco os interesses comunitários. Assim como a comunicação comunitária, seu objetivo é suscitar a reflexão de um grupo determinado de pessoas em torno de questões envolvendo a cidadania e as identidades culturais, isso tudo tendo como suporte a mídia, que reflete os embates pelo poder na sociedade e a construção de identidades alternativas ao mundo do consumo.

A comunicação em Paulo Freire

O pensamento pedagógico de Paulo Freire influenciou a formação da comunicação popular comunitária que, por sua vez, tem ascensão sobre a educomunicação. Isso ocorreu devido a diversos motivos, tais como as questões

históricas e políticas relacionadas às atividades de Freire. Como educador, ele passou a ter grande repercussão no início dos anos 1960, quando desenvolveu amplo projeto de alfabetização de trabalhadores rurais no Nordeste. Perseguido pela Ditadura Militar, exilou-se em diversos países, tais como Bolívia, Chile, Estados Unidos e Suíça. Nesse período, desenvolveu ações de educação em várias partes do mundo, sob o patrocínio da Unesco.

A obra de Freire surge num contexto de mudanças sociais do Brasil do final dos anos 1950, quando se passou a questionar com maior insistência as formas tradicionais e reacionárias de poder. Naquele momento, surgem diversos movimentos sociais, e desenvolve-se o sentimento nacionalista, que terá suporte intelectual em grupos como o ISEB; a ação da Igreja Católica em favor dos oprimidos torna-se mais forte; organizam-se os movimentos populares de cultura, que incentivam as formas alternativas de produção cultural.

Nos seus primeiros anos fora do Brasil, Freire trabalhou na implantação do seu método de alfabetização de adultos em comunidades rurais nos países latino-americanos. Retornou ao Brasil em 1980, período a partir do qual se tornou professor da PUC-SP e foi secretário municipal da educação da cidade de São Paulo, durante o governo petista de Luíza Erundina, quando implantou diversos projetos de educação popular.

De maneira geral, podemos afirmar que seu método consiste em educar não a partir de metodologias tradicionais, como o sistema silábico de alfabetização, desarticulado da realidade social, mas levando em conta a história dos próprios educandos. Segundo essa metodologia, o educador deve retrabalhar a realidade do educando de maneira crítica, fazendo como que este se conscientize quanto à necessidade de transformação. Sua concepção de visão de mundo pode ser relacionada diretamente à de Bakhtin, para quem a realidade é construída a partir da diversidade de vozes sociais.

O pensamento de Freire pode ser comparado também ao do filósofo italiano Antonio Gramsci, que confere um papel de grande destaque ao professor e ao jornalista na transformação da sociedade. Tanto para Freire quanto para Gramsci, eles têm o poder de mudar politicamente a sociedade com seu conhecimento, e não apenas manter-se neutros diante da realidade.

No livro “Educação e mudança”, Freire atribui ao educador um importante papel de transformação social. Para ele, a missão da educação é antes de tudo um compromisso com a mudança social. Portanto, não existe neutralidade no processo de educação:

A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um “compromisso” contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão “comprometidos” consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível (FREIRE, 1983, 20).

O livro de Freire mostra que a raiz da educação consiste no fato de que o indivíduo é um ser inacabado. Ele está em constante processo de aprendizagem. Dessa forma, todos os seres humanos, independentemente de sua condição social ou de atividade que desenvolvam, estão em processo de aprendizagem, e tomam consciência do mundo a partir desse processo. Nessa ideia, Freire dialoga com a obra de Marx e de Bakhtin, sobretudo com o conceito de que a ideologia é formada a partir interação que os indivíduos têm com o mundo do trabalho e no interior de suas classes sociais.

Assim, a educação é encarada como um processo sócio-histórico: não pode ser entendida de maneira isolada das relações sociais; a vocação do educando se realiza à medida que ele se introduz na realidade de uma maneira crítica. Segundo Freire, quanto mais próximo estiver das situações locais e enraizado em sua comunidade, maior consciência terá dessa realidade, agindo como sujeito e não como mero espectador.

Freire critica também a educação centrada apenas na acumulação de conhecimentos tecnológicos e entendida apenas como transmissão de informações, desvinculada da humanização. E é nesse momento que entra uma de suas importantes reflexões sobre a comunicação. Para ele, a educação deve ser entendida como um processo de troca entre iguais, em que não há uma relação de poder estabelecida entre aquele que ensina e aquele que aprende. O processo da educação ocorre em conjunto, formado por um sistema comunicacional. Assim, tanto o emissor quanto o receptor aprendem.

O método de Freire propõe, em primeiro lugar, uma pesquisa no lugar para o que chama de “palavras geradoras” possam ser identificadas. Elas são compostas pelas palavras com maior emoção, típicas de uma comunidade. “Trata-se de vocábulos

ligados à sua experiência existencial, da qual a experiência profissional faz parte” (1983, p. 73). Depois disso, “[...] criam-se situações (pintadas ou fotografadas) nas quais são colocadas as palavras geradoras em ordem crescente de dificuldades fonéticas” (idem, p. 75). Faz-se uma problematização em grupo em torno da palavra geradora. Só então sua escrita é memorizada. Depois disso, os vocábulos são fragmentados em sílabas. A partir dessas sílabas, os educandos buscam novas palavras. O exemplo dado no livro é a palavra “tijolo”. Com esse método, Freire conseguiu alfabetizar trabalhadores em menos de dois meses.

Devido ao seu engajamento político, a pedagogia de Paulo Freire foi utilizada pelos movimentos sociais como uma alternativa à dominação durante a Ditadura Militar, em que havia um processo de opressão vindo do exterior – o domínio econômico norte-americano – e presente no próprio país, com a dominação econômica dos mais ricos sobre os mais pobres. A ação libertadora objetiva quebrar todo processo de opressão: econômico, social e nas relações de gênero. Assim, desenvolve-se um modelo de comunicação participativa e horizontal baseada no marxismo e no cristianismo, cuja metodologia é inspirada na pedagogia de Paulo Freire. A comunicação popular comunitária dá importância ao diálogo como forma de troca de informações, sendo adequada para desenvolver a consciência crítica de uma determinada comunidade, por meio da valorização do saber e da cultura local.

Na comunicação popular comunitária, informação não é sinônimo de comunicação. A informação é considerada um processo de mão única. Ou seja, ela é transmitida por um emissor a um receptor. Trata-se de um processo autoritário. A comunicação autêntica é diferente desse processo. Para que ela exista, é preciso que haja diálogo, um processo de mão dupla, em que tanto o emissor quanto o receptor são agentes de um sistema de comunicação que funciona de maneira horizontal, e não algo dado e que deverá ser apenas transmitido de A para B. O pensamento de Bakhtin apresenta diversas semelhanças com o de Freire.

Diálogos com Bakhtin

A obra do linguista russo Mikhail Bakhtin, desenvolvida entre o final dos anos 1920 e meados da década de 1970, foi recebida apenas na década de 1980, no Brasil, época em que Paulo Freire já era um nome consagrado no país e sua metodologia havia sido transformada em prática na comunicação dos movimentos sociais. Bakhtin, mesmo em seu país, encontrou dificuldade para divulgar suas ideias, devido ao controle imposto pela burocracia soviética. Sua aparição no Ocidente deve-se a trabalhos de diversos lingüistas que desenvolveram, a partir das obras do russo, uma ampla discussão sobre a importância da intertextualidade e do dialogismo na produção textual.

As ideias de Bakhtin tiveram ampla repercussão nas áreas da linguística e da filosofia da linguagem. Ele faz um contraponto à linguística estrutural, fundada por Ferdinand de Saussure, para quem a língua deve ser estudada como um sistema autônomo, independente do meio social. Segundo essa ideia, o usuário não tem autonomia sobre a linguagem verbal, e por isso as suas práticas discursivas não são objeto da linguística.

Nas últimas três décadas, sob a influência de Bakhtin, as teorias linguísticas têm destacado os aspectos sociais da comunicação humana. Mais do que simplesmente um ato em que um emissor passa informações a um receptor utilizando um canal e um código, a comunicação é um sistema complexo, que envolve a participação subjetiva dos interlocutores – com os seus valores culturais e sua formação psicológica, além das diversas relações sociais e hierárquicas.

Alguns campos de pesquisa, tais como a pragmática, têm se preocupado com o estudo da comunicação em situações reais, levando em consideração o contexto. A pragmática parte do pressuposto de que, na comunicação humana, não há um significado fixo que deve ser transmitido de um emissor para um receptor. O significado se constrói sempre no contexto da comunicação.

Conforme Bakhtin, para quem a interação é uma realidade fundamental da linguagem, os sujeitos não são determinados previamente; eles se constroem ao se comunicarem. Eles são substituídos por diferentes vozes, o que faz deles sujeitos históricos e ideológicos. Nenhuma comunicação é neutra ou ingênua. Nela estão sempre presentes valores ideológicos dos sujeitos de comunicação. A língua é um sistema que está relacionado de forma permanente com a ideologia. Ainda segundo Bakhtin, as

mudanças ideológicas ocorrem primeiramente no nível do discurso – ou seja, da mensagem que é construída – e depois no nível na língua.

O pensamento de Bakhtin não traz consequências apenas para a maneira de se pensar a linguística. O uso social da linguagem verbal é responsável, nas comunidades humanas, em criar horizontes de interpretação da realidade, que se manifestam nas diversas vozes sociais que compõem um sistema linguístico. Elas se constroem de maneira difusa e híbrida, “contaminando” as formas de expressão com textos já existentes. Com Bakhtin, a linguística pôs em circulação a ideia de que não existe *tabula rasa* na produção textual. Um texto sempre faz referência – na maior parte das vezes velada – a textos já existentes, os quais são objetos de paráfrase ou de paródia.

A verdade que emana da linguagem é resultado de uma luta de vozes que se dá no interior da linguagem. Ela não é estática, pois a interação social é constante no processo da comunicação. O falante compõe o seu discurso de maneira dialógica, levando em conta as vozes sociais, afirmando aí a sua individualidade. E aí reside uma importante semelhança entre o pensamento de Bakhtin e Freire: o usuário constrói o conhecimento e sua individualidade a partir do diálogo e do embate com o outro.

Embora as teorias de Bakhtin tenham sido usadas de forma produtiva principalmente para fundamentar boa parte do pensamento da sociolinguística, sua obra oferece conceitos importantes para a compreensão da comunicação nos movimentos sociais e na educomunicação. Uma questão relevante de seu pensamento é o seu conceito de cultura. Em obras como “A cultura popular na Idade Média e no Renascimento” (1999), uma análise da obra de François Rabelais, ele mostra que as separações rígidas entre alta cultura e cultura popular são artificiais.

Para Bakhtin, assim como a linguagem verbal, as práticas culturais são híbridas e ultrapassam os determinismos econômicos e de classes sociais. Na Idade Média, a separação entre a cultura solene (imposta pela Igreja Católica) e a popular foi quebrada pelos festejos e manifestações populares, que “carnavalizavam” a seriedade oficial estabelecida pelo poder dominante e criaram uma visão de mundo alternativa. Conforme Bakhtin, essas manifestações culturais originaram uma linguagem bastante rica, capaz de expressar, por meio de sua complexidade e hibridismo, uma visão de mundo dinâmica, criando, pelo riso, a consciência das relações de poder. A modernidade tornou a mistura entre a alta cultura e a cultura popular ainda mais complexo.

Considerações finais

Não podemos aplicar, de maneira mecânica e acrítica, a metáfora da “carnavalização” e/ou da “visão de mundo carnavalizada” de Bakhtin à educomunicação. No entanto, uma parte desse conceito pode ser útil e relacionado, também, ao pensamento de Freire.

Para promover uma “contracomunicação” ou uma comunicação alternativa à indústria da mídia, a educomunicação se apropria das “vozes sociais” e dos aparatos tecnológicos da grande mídia para produzir suas mensagens. De forma simplificada, trata-se de uma “carnavalização” dos aparatos e das formas consagradas pela mídia comercial com a finalidade de criar uma forma diferente de fazer comunicação: hiperlocal, produzida em pequena escala, *pela* e *para* a comunidade, incorporando suas vozes sociais, buscando, como ensina Paulo Freire, uma comunicação horizontalizada, em que o conhecimento e a crítica surjam a partir do diálogo entre os interlocutores.

Dessa forma, podemos concluir que a comunicação horizontalizada possibilita também a utilização de um tipo de cultura popular híbrida, que se caracteriza por popular mais em suas características políticas do que estéticas. Trata-se de uma prática discursiva que está em tensão permanente com o imaginário construído pela indústria da mídia. É uma forma de manifestação cultural contra-hegemônica, que pode levar o indivíduo à consciência e à transformação social, tirando-o da neutralidade tão criticada por Freire.

Referências

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

BAKHTINE, Mikhail; VOLOCHINOV, V.N. **Le marxisme et la philosophie du langage**: essai d’application de la méthode sociologique en linguistique. Paris: Les Editions du Minuit, 1977.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média**: o contexto de François Rabelais. São Paulo/ Brasília: Hucitec/ Editora UnB, 1999.

DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. **Para ler o Pato Donald**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MAIGRET, Eric. **Sociologia das comunicações e das mídias**. São Paulo: SENAC, 2010.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PERUZZO, Cicilia K. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In: **XXIX Congresso da Intercom** – set. 2006.